

REFLEXÕES EM TORNO DA PESQUISA E DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM EDUCAÇÃO NO BRASIL

Carlos Roberto Massao Hayashi¹

RESUMO

O artigo aborda a pesquisa e a produção do conhecimento científico em Educação no Brasil tendo como referência um olhar retrospectivo sobre o que foi escrito e produzido nesse campo de conhecimento desde a segunda metade do século XX até a atualidade. Os autores e textos focalizados não representam a totalidade do que se produziu nessa área, mas são resultado de escolhas motivadas pelo intuito de traçar um panorama teórico mínimo para que se possa compreender como esse campo de conhecimento se constituiu e desenvolveu no país. O artigo está estruturado em seis tópicos. Inicia com um breve histórico da pesquisa em Educação no Brasil, situando-a no contexto social da implantação da pós-graduação no país. Em seguida, apresenta a produção científica em Educação no Brasil a partir de textos produzidos por pesquisadores da área. No terceiro e quarto tópicos são enfocadas as pesquisas do tipo “estado do conhecimento” e aquelas oriundas de Associações, Grupos de Estudo e Sociedades da área. Posteriormente abordam-se as reflexões críticas sobre a pesquisa em Educação e História da Educação e finalmente, tomando como referência a definição bourdieusiana de “campo científico”, o campo da História da Educação é situado com base em um conjunto de reflexões oriundas de trabalhos recentes sobre o assunto.

Palavras-chave: Pesquisa em Educação; Análise da produção científica em Educação; História da Educação.

THOUGHTS AROUND THE RESEARCH AND KNOWLEDGE PRODUCTION IN EDUCATION IN BRAZIL

ABSTRACT

The article reflects on the research and production of scientific knowledge in education in Brazil with reference to look back on what has been written and produced in the field of knowledge since the second half of the twentieth century to the present. The authors and texts focused not represent the totality of what is produced in this area, but are the result of choices motivated by the intention to give an overview theoretical minimum so you can understand how this field of knowledge is constituted and developed in the country. The paper is divided into six topics and starts with a brief history of research in education in Brazil, placing it in the social context of the implementation of postgraduate. Then the paper presents the scientific production in Brazil in Education from texts produced by researchers. In the third and fourth topics the researches like "state of knowledge" and those from Associations, Societies and Study Groups area are delt. Subsequently are approached the critical reflections on research in Education and History of Education, and finally, taking as reference the definition Bourdieusian of “scientific field”, the field of History of Education is situated on the basis of a set of observations from recent work on the subject.

Keywords: Education research; Analysis of scientific production of Education; History of Education.

1. A pesquisa em Educação no Brasil

Em *A era dos extremos*, obra de referência sobre a história do século XX, Hobsbawm (1995) ao analisar as histórias das mudanças sociais e econômicas ocorridas naquele século ressalta que elas só foram possíveis devido à diversidade de fontes de informação, entre elas a sua própria vivência de historiador, a opinião de colegas, a imprensa diária ou periódica, os relatórios econômicos, bem como outras pesquisas já realizadas.

No âmbito da pesquisa em Educação no Brasil, no período 1970 a 1990 diversos autores (entre outros, GOUVEIA, 1970, 1974, 1976; CUNHA, 1979; WARDE, 1984, 1990a, 1990b) desenvolveram em seus estudos reflexões sobre a produção do conhecimento científico na área.

Schwartzman (2001), em *Formação da Comunidade Científica no Brasil*, obra que se tornou referência sobre a constituição da comunidade científica brasileira, focaliza a Educação no Brasil da perspectiva de seus fundamentos históricos. O autor enfoca os primórdios das relações da Educação com o Estado e a Igreja e a herança intelectual portuguesa deixada no país. Em seguida, trata da Educação no período do Império como sendo o momento da constituição da Educação superior no país. Menciona ainda a abertura das primeiras universidades na República e os reflexos e influências das mudanças nas instituições científicas e educacionais já em curso desde 1920, mas que se consolidam a partir de 1930, apontando o clima de renovação da ciência e Educação brasileiras capturado pela Academia Brasileira de Ciências e pela Associação Brasileira de Educação (ABE), ressaltando as ideias da “educação nova”, a reforma Francisco Campos.

Em um segundo momento, Schwartzman (2001) enfoca as transformações na sociedade brasileira desde a Segunda Guerra Mundial, bem como os acontecimentos relacionados com a ciência, tecnologia e educação no contexto destas modificações. Este período, em sua visão, pode ser dividido em duas partes distintas, separadas pelo ano de 1968, quando foram criados novos programas de pós-graduação, em que as matrículas nos cursos de graduação se elevaram a taxas altíssimas, e grandes somas de dinheiro foram destinadas à pesquisa, ao passo que a década de 1980 marcou o início de um novo período, muito diferente, caracterizado pela estagnação, crise e dúvidas crescentes sobre as realizações dos anos anteriores. O autor assinala ainda que na década de 1970, a Educação superior no Brasil afastou-se cada vez mais do “modelo único” de pesquisa, ensino e extensão conforme havia sido prescrito na reforma de 1968, tornando-se em 1985 em um sistema muito amplo, complexo e altamente diferenciado.

Os marcos históricos e teóricos da configuração da pesquisa em Educação no Brasil também foram discutidos por Vieira (2003). Apoiado na literatura sobre pesquisa em Educação, o autor destaca as implicações da concepção de Anísio Teixeira sobre as relações entre ciência e educação na formação desse campo de pesquisa, bem como as dificuldades verificadas no processo de formação dos intelectuais da área. Vieira (2003, p.168) procura demonstrar como a concepção de Teixeira “estabelece a educação como espaço de práticas de formação e de gestão do sistema educacional, vinculado intimamente ao saber científico, porém sem a responsabilidade de produzi-lo diretamente”.

Neste momento, destaca-se o papel de Anísio Teixeira que, à frente da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, cria, entre os anos de 1930 e 1935, um espaço próprio para a pesquisa educacional, culminando com a criação, em 1938 do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Como é de amplo conhecimento na literatura da área de Educação, inaugura-se a primeira fase de implantação da pesquisa em Educação no Brasil,

mas a fase de implementação ocorre posteriormente, em 1956, no interior do próprio INEP, com a criação do Centro Brasileiro de Pesquisa Educacional (CBPE), e no interior deste, dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE). Como refere Vieira (2003, p.171), sob a gestão de Anísio Teixeira, a pesquisa educacional ganhou institutos, recursos e quadros próprios.

As atividades e o ideário do CBPE e do CRPE de São Paulo – órgãos do INEP – durante o período 1951-1956 foram analisados por Cunha (2002), que estabelece algumas relações entre a atuação destes órgãos e as principais características da administração Juscelino Kubitschek, em particular no que se refere à ideologia desenvolvimentista adotada no período. Cunha (2002) parte do quadro político desenhado durante o período e analisa o “estilo administrativo da presidência, sua estratégia diante da política externa, as concepções ideológicas correntes durante a referida gestão” para, finalmente, focar o tratamento dado às questões sociais – particularmente no tocante à Educação. Na segunda parte do trabalho, o autor detém-se na atuação do CBPE e do CRPE de São Paulo, destacando os esforços destes órgãos na “formação de quadros para a educação, ao desenvolvimento de pesquisas e à divulgação de ideias por meio de seus boletins” (CUNHA, 2002, p.134).

Na visão de Silva, Abramowicz e Bittar (2004, p.viii), a história da pesquisa educacional brasileira toma outro direcionamento com “a criação dos Programas de Pós-Graduação em Educação, no início da década de 1970, durante o regime militar, trazendo para as universidades a produção científica que, até então se realizava fora dela”. Para esses autores, encerrava-se o ciclo inaugurado com Anísio Teixeira, nos anos 1930, “ao mesmo tempo em que novos desafios eram postos para as universidades, agora responsáveis pelo prosseguimento da pesquisa em educação sob novos parâmetros”.

Silva, Abramowicz e Bittar (2004, p.viii) também chamam atenção para o fato de que desde a edição do primeiro número da mais antiga revista da área – a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, surgida em 1944 – passando pelo advento da pós-graduação em Educação, e com seus primeiros frutos, em 1971, o processo de constituição da pesquisa educacional no Brasil teve avanços e recuos. Sobrevivendo ao período da ditadura militar no país, a pesquisa da área constituiu-se num “espaço de contestação intelectual à própria política educacional da ditadura”.

Ainda nos anos 1980, Goergen (1986), ao refletir sobre as dificuldades, avanços e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil, enfoca, em um quadro evolutivo histórico, suas principais tendências, temas e métodos e inicia sua reflexão por uma breve discussão epistemológica sobre as origens e natureza do conhecimento que dividem a área da pesquisa educacional em pesquisa qualitativa e pesquisa quantitativa. Nesse aspecto remete às concepções teórico-filosófica e empírico-descritiva que informam a especificidade da pesquisa educacional em termos de método e conteúdo. Para traçar a evolução da pesquisa educacional no Brasil, o autor recorreu a estudos publicados ao longo das décadas de 1970 e 1980, entre os quais destaca os trabalhos já citados de Gouveia (1970 e 1976), Cunha (1979), Saviani (1983), Gatti (1982 e 1983) e Mello (1982, 1984), os quais, na visão do autor, não apresentam divergências fundamentais. Considerando o momento da produção dessas análises Goergen (1986) termina por concluir que a pesquisa educacional no país ainda era muito recente, depois de seu tímido início na década de 1930. Desde então, ela tem passado por fases que se caracterizam por “sobrelevações temáticas como a psicologia, o desenvolvimento, a segurança, a crítica” (GOERGEN, 1986, p.15). O autor também assinala que as dificuldades enfrentadas pela pesquisa educacional no estabelecimento de seus estatutos epistemológicos deviam-se, em parte, ao caráter do próprio objeto de investigação, que se constitui, “além dos fatos educacionais que podem ser investigados

através de métodos empíricos, de outros elementos históricos, humanos, culturais, axiológicos etc., que exigem processos de investigação diferentes”. Na sua visão, a saída seria a integração de ambos os procedimentos metodológicos.

Outros autores, com interesses semelhantes aos de Goergen (1986), também tentaram desvendar as tendências assumidas pela pesquisa em Educação no âmbito da pós-graduação. Podemos destacar os trabalhos realizados por Mello (1982 e 1984), Gatti (1983 e 1987), Brandão (1986), Kuenzer (1986) e Grzybowski (1987) que tratam tanto dos aspectos relativos às condições de produção da pesquisa nos cursos de pós-graduação, quanto criticam “o lugar subordinado da pesquisa em relação ao ensino”, seja analisando “as causas da subordinação da pesquisa ao ensino e suas seqüelas” (WARDE, 1990a, p.68). Nos anos 1990, Gamboa e Santos Filho (1995) também se debruçaram sobre a temática da pesquisa educacional, dando continuidade a um conjunto de reflexões já realizadas por Gamboa na década de 1980 sobre a epistemologia da pesquisa em Educação (1987) e a dialética na pesquisa em Educação (1989). Além do já citado trabalho de Warde (1990a), Freitas (1991), Weber (1992) e Costa (1994) também investigaram o papel da pesquisa na pós-graduação em Educação, enfocando as concepções de ciência, os paradigmas teóricos que orientaram a produção científica nessa área e suas tendências e desafios.

Freitas (1991) examinou os temas, teorias e bases institucionais da pesquisa em Educação no Brasil recorrendo aos trabalhos de produção científica e vinculando-os a uma periodização da atividade de pesquisa educacional no país, ou seja, em dois grandes momentos. O primeiro, considerado o “embrião e nascimento da pesquisa educacional”, que vai aproximadamente de 1822 à década de 30 do século XX, no qual se observam as primeiras ideias, tentativas e medidas para institucionalizar a pesquisa no cenário nacional, bem como suas ações concretas. O segundo - reconhecido como o momento de “desenvolvimento da pesquisa educacional” - se estende da década de 1940 à atualidade dos anos 1980, quando se assiste à expansão e ao aperfeiçoamento qualitativo da atividade de pesquisa. Ao final dos anos 1990, Saviani, Sanfelice (1998) e Lombardi (1999) reuniram importantes contribuições de outros autores para a reflexão sobre a relação entre as discussões teórico-metodológicas da História e a forma como podem ser utilizadas para o enriquecimento da História da Educação.

No início deste século a pesquisa educacional na pós-graduação ainda é objeto de preocupações que se refletem em um conjunto de textos organizados por Lombardi (2003), e que abordam seis eixos temáticos: formação de professores; avaliação escolar; ensino superior; história, política e educação; história, sociedade e educação; história do Contestado e educação.

Por sua vez, Gamboa (2003) discute os limites das mudanças propostas na década de 1990, relacionadas com a reestruturação dos programas de pós-graduação e seus desdobramentos nas condições da produção do conhecimento científico. Para este autor parecem existir grandes distâncias entre a crítica gerada em torno da concepção de ciência, implícita no modelo de pós-graduação implementado pela reforma universitária de 1968, e os pareceres do Conselho Federal de Educação que regulamentaram o sistema de pós-graduação, passando à implementação das mudanças propostas para superar as limitações do modelo imposto. Para desenvolver esse raciocínio, Gamboa (2003) analisa a crise do modelo de área de concentração, as mudanças propostas em torno das linhas de pesquisa, as falácias e paradoxos das novas condições da produção científica e as suas possibilidades e desafios.

Ferraro (2005, p.48), ao historiar a gênese e os primeiros passos da pesquisa em Educação no Brasil, assinala a intrínseca relação existente entre pesquisa e pós-graduação, a

qual é caracterizada como “anomalia congênita” visto que no seu entendimento a pós-graduação no país em vez de ter emergido “de uma prática consolidada de pesquisa (...) foi criada com o propósito explícito de promover a pesquisa ainda principiante na universidade brasileira”. Em decorrência, a pesquisa, “em vez de função básica da universidade e condição preliminar do próprio ensino universitário enquanto tal – de graduação e, com maior razão, de pós-graduação – passou a ser vista e tratada como função da pós-graduação, e esta, por sua vez, como o *locus* da produção do conhecimento”. Para este autor, no campo da Educação especificamente, “o pouco de pesquisa que se podia identificar às vésperas da indução da pós-graduação na área vinha em grande parte fora da universidade”, em virtude das recém-criadas faculdades de educação que foram estimuladas, em sua grande maioria, “a ingressar na pós-graduação sem qualquer prática anterior mais sistemática de pesquisa” (FERRARO, 2005, p.49).

Araújo (2006) também realiza uma reflexão sobre o debate da pesquisa educacional produzido no contexto da pós-graduação em Educação no Brasil, no período de 1970 a 1990, além de introduzir a discussão correspondente aos estudos históricos da Educação no Brasil a partir dos meados dos anos 1980.

Vimos, portanto, que a pesquisa em Educação no Brasil toma outra configuração nos anos 1970, com a implantação da pós-graduação no país e consolida-se ao longo desses anos, também como consequência dos canais formais e informais de divulgação das pesquisas realizadas.

Como refere Gatti (2003), o campo de estudos em Educação abrange um grande conjunto de subáreas com características distintivas e objetos de estudo diferentes (por exemplo, história da educação, gestão escolar, políticas educacionais, sociologia da educação, currículo, ensino etc.). Concordamos com a autora quando esta afirma que discutir pesquisa no campo da Educação “não é trivial”, e que este campo subsistiu muito tempo, e ainda hoje subsiste, pela apropriação de estudos produzidos em áreas afins, como a Psicologia, a Antropologia, a Sociologia, a Economia, a Ciência Política, sem colocar estes estudos sob o crivo de uma perspectiva própria.

2 A produção científica em Educação no Brasil

Existe um conjunto significativo de trabalhos de pesquisa na área de Educação que vêm sendo realizados por pesquisadores preocupados em analisar e refletir sobre a produção científica da área. Estes estudos realizam o que se pode chamar de revisão sistemática da ciência que é produzida. Em nossa opinião, estes trabalhos revestem-se de importância não só pelo seu significado implícito, mas principalmente por revelarem dados e informações que são resultados de pesquisas e discussões da área. Além disso, contribuem para que, no quadro da pesquisa científica, muitos não precisem “reinventar a roda”, abreviando, de certa maneira, o tempo da realização das pesquisas que são limitadas pelas já exíguas condições de produção do conhecimento no espaço acadêmico. Verifica-se assim que a pesquisa em Educação tem mostrado um crescimento contínuo em termos quantitativos e qualitativos os quais estão relacionados à consolidação do ensino de pós-graduação no país e ao nível de maturidade dos pesquisadores que atuam nessa área de conhecimento.

A implantação dos programas de pós-graduação no país, nos anos 1970, impulsionou a produção científica nacional e na área da Educação a situação não foi diferente. A divulgação dos resultados de pesquisa, através dos canais formais (livros, capítulos de livros e artigos científicos) e informais (teses e dissertações, comunicações em anais de eventos científicos) comprova a intensidade da pesquisa em Educação.

André (2005a) lembra que a pesquisa em Educação no País não nasceu nas universidades, mas foi induzida com a criação do Inep pelo MEC, para subsidiar a formulação de políticas públicas. No entanto, se a produção científica em Educação não nasceu nas universidades, durante algum tempo ela se concentrou nos trabalhos de alguns professores vinculados às universidades brasileiras. O aumento desta produção deve-se, principalmente, ao surgimento dos primeiros Programas de Pós Graduação em Educação, como o da PUC-Rio, em 1965, e o da PUC-SP, em 1969. Essa característica do aumento da produção científica via pós-graduação acontece também com a pesquisa científica brasileira em geral. No Brasil, o desenvolvimento da pesquisa está atrelado aos Planos Nacionais de Pós Graduação e as agências de fomento. No entanto, Gamboa (2003, p.79), faz uma crítica ao modelo brasileiro de restrição da pesquisa à pós-graduação uma vez que

Atrair a pesquisa à pós-graduação, além de ‘hierarquizar’ os processos de produção do conhecimento no Mestrado – onde se aprende, tardiamente, a pesquisar – e no Doutorado – onde se aprimora o aprendizado e se obtém relativa autonomia para produzir conhecimento – também, alastra outros problemas como o da imposição de condições próprias dos rituais acadêmicos de obtenção de títulos e de progressão nas carreiras docentes enquanto os protocolos da lógica da produção científica, na maioria dos casos são depreciados.

O autor acredita que ao se associar a pesquisa somente à pós-graduação impossibilita-se que ela se inicie na graduação, o que sugere um início tardio das pesquisas, obrigando os pesquisadores a obterem os títulos necessários primeiramente para só então começarem a pesquisar e a contribuir para a discussão e a resolução dos problemas latentes da sociedade.

Na atualidade, as facilidades de acesso, produção e disseminação de informação, aliadas a uma enorme quantidade de publicações eletrônicas têm provocado repercussões na comunidade científica e modificado as estruturas de produção e divulgação científica. Desta perspectiva, pode-se verificar que foram ampliados os espaços de produção e divulgação de conhecimento em Educação no País. Isto implica na existência de um conjunto significativo de trabalhos de pesquisa na área de Educação, que disponibilizam sua produção científica em diversos veículos de divulgação científica, inclusive na Internet.

A seguir, apresentamos a síntese de alguns estudos e pesquisas materializados em produções científicas da área de Educação. Para traçar este breve panorama da produção científica em Educação no país recorreremos às pesquisas de “estados do conhecimento” na área, além daquelas que enfocam artigos, dissertações, teses, relatos de grupos de trabalho de associações científicas e bibliotecas eletrônicas.

Enfatizamos, no entanto, que não se pretende realizar um inventário da problemática atual da pesquisa em Educação no país e nem mesmo problematizar as mudanças ocorridas nessa área de conhecimento nos últimos anos. O nosso propósito é, antes de tudo, situar o contexto da pesquisa em Educação em um enfoque que traz a contribuição dos autores que utilizaram em suas reflexões diversificadas fontes de informação científica, tais como artigos científicos, dissertações, teses, anais de eventos. Desta perspectiva, não será abordada neste artigo a produção científica de livros e capítulos de livros da área de Educação, por considerar que esta já se encontra consolidada, haja vista sua extensão e escopo traduzidos em autores e obras clássicas cujas contribuições já perscrutadas em outros estudos.

3 Os estudos de “estado do conhecimento” em Educação

Essa produção científica tem sido objeto de inúmeras análises, constituindo um conjunto significativo de pesquisas daquilo que se convencionou chamar “estado da arte” ou “estado do conhecimento”. Sobre este tipo de pesquisa assim se manifesta Ferreira (2002, p.257):

Definidas como de caráter bibliográfico, elas parecem trazer em comum o desafio de mapear e discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder aspectos e dimensões que vêm sendo destacados e privilegiados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em que condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e seminários.

Angelucci et al (2004, p.52) também assinalam a múltipla importância dos balanços periódicos do estado de coisas vigente numa área de pesquisa, pois Eles podem “detectar teoria e método dominantes; pôr em relevo aspectos do objeto de estudo que se esboçam nas entrelinhas das novas pesquisas; revelar em que medida a pesquisa recente relaciona-se com a anterior”. Na visão dessas autoras, só assim se podem avaliar “as continuidades e descontinuidades teóricas e metodológicas e o quanto esta história se faz por repetição ou rupturas – noutras palavras, o quanto ela redonda ou avança na produção do saber sobre o objeto de estudo”. As autoras destacam que aí reside “a possibilidade de evitar a cristalização do conhecimento e de fazer da pesquisa espaço de produção de saber, que tem como essência o constante movimento”.

A partir dos anos 1980, inúmeros estudos desse tipo, na área da Educação, são realizados no Brasil com o incentivo do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep). No período de 2000 até 2002, por meio do Comitê dos Produtores da Informação Educacional (Comped) e em parcerias com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e a Fundação Carlos Chagas (FCC), o Inep viabilizou a produção da série *Estados do Conhecimento*, enfocando os temas: alfabetização; educação infantil, educação superior em periódicos nacionais, avaliação da educação básica, políticas e gestão da educação, formação de professores no Brasil; juventude e escolarização; educação de jovens e adultos no Brasil.

As fontes mais utilizadas nestes estudos sobre “estados do conhecimento”, como referem Barreto e Pinto (2001, p.5), são, usualmente, acadêmicas, constituídas, sobretudo por artigos de periódicos, dissertações e teses, sendo que, com menor frequência, aparecem as comunicações apresentadas em congressos e, menor ainda, os livros, capítulos de livros e relatórios de pesquisa. Destacam ainda estas autoras que:

De acordo com os critérios adotados para a seleção de fontes, elas poderão ser examinadas de modo exaustivo ou seletivamente. Com os avanços da informática, a seleção de fontes tem podido contar com os bancos de dados existentes, cuja sistematização regular de informações possibilita maior abrangência do levantamento. (BARRETO; PINTO, 2001, p.5)

Apresentamos a seguir uma síntese dos estudos de “estado do conhecimento”, viabilizados pelo Inep e que representam uma importante contribuição para o conhecimento de parte da pesquisa em Educação no país.

Baseando-se em três décadas de produção acadêmica – teses e dissertações – sobre o tema alfabetização, em cursos de pós-graduação das áreas de Educação, Psicologia, Letras e Distúrbios da Comunicação, a pesquisa sobre o “estado do conhecimento” a respeito da alfabetização no Brasil, segunda etapa (1961-1989), teve por objetivos

[...] a identificação da produção acadêmica e científica sobre a aquisição da língua escrita pela criança, no processo de escolarização regular, e sua descrição, à luz de determinadas categorias: os temas que têm sido privilegiados, os referenciais teóricos que vêm informando os estudos e pesquisas, e os gêneros em que o conhecimento produzido se expressa. (SOARES; MACIEL, 2000, p.77)

Por sua vez o estudo da temática “Educação Infantil (1983-1996)” tomou como base duas fontes de consulta: a dos artigos publicados em periódicos nacionais na área de Educação e das dissertações e teses defendidas em programas de pós-graduação em Educação no Brasil, no período. Conforme relata a coordenadora do estudo,

Os aspectos preliminares da trajetória da produção da área permitiram (...) estabelecer uma relação com a produção destas duas últimas décadas, identificando temáticas tradicionais e novas perspectivas de estudo e revelando este período como aquele em que se consolida a pesquisa sobre a educação da criança de 0 a 6 anos no Brasil. A relação da atuação política e da pesquisa científica pode ser uma das marcas que identificam esta produção, constantemente preocupada com o papel social e os destinos históricos destas “novas” instituições educativas para a criança pequena. (ROCHA, 2001, p.29)

O estado do conhecimento sobre “Educação Superior em Periódicos Nacionais (1968-1995)” refere-se a pesquisa realizada pelo GT Política de Educação Superior da Anped, que coordenou um trabalho de pesquisa envolvendo pesquisadores de cinco regiões do país, com a finalidade de avaliar e apontar as perspectivas da produção científica sobre Educação superior. O estudo representa, como assinala a coordenadora, uma “forma de avaliação da produção científica” e

[...] tem como apoio empírico o Banco de Dados Universitas/BR, que congrega 4546 documentos de 25 periódicos nacionais (sob a forma de bibliografia anotada/categorizada/resumida) ordenados em 15 categorias temáticas divididas em 87 subcategorias. Os documentos englobam, numa diversidade de formatos em extensão, de graus de profundidade e originalidade da produção, desde artigos, até notas e notícias, passando por relatórios, resenhas, resumos, depoimentos, editoriais, apresentações, séries documentais, dispositivos legais e atos normativos. (MOROSINI, 2001, p.13)

Morosini (2001) ainda esclarece que, apesar de sua riqueza de dados, o banco de dados Universitas/BR tem algumas limitações, pois não coloca à disposição do usuário o texto completo, mas o seu resumo, o que explica a tendência para um estudo quantitativo,

descritivo da trajetória e distribuição da produção científica sobre Educação superior, estabelecendo relações contextuais com um conjunto de outras variáveis, como datas de publicação, editores, temas, tipos de documento, periódicos etc. A organizadora ainda esclarece que os temas e/ou subtemas foram abordados por pesquisadores ou grupos de pesquisadores, segundo o domínio ou campo de conhecimento que as temáticas abarcam.

O estado do conhecimento sobre a “Avaliação na Educação Básica (1990-1998)” apresenta uma análise da produção acadêmica sobre o tema e contribuiu para uma visão mais abrangente e elucidadora desse campo de estudos no Brasil. Por meio de um levantamento bibliográfico em nove periódicos da área de Educação considerados os mais representativos por conterem artigos que abordam expressamente a questão da avaliação na Educação básica, os autores encontraram 218 artigos referentes ao tema, que foram categorizados em função dos conteúdos abordados. Na síntese das principais constatações da pesquisa, as organizadoras afirmam que “o exame das publicações analisadas mostrou que os artigos concentram-se em três periódicos, editados por instituições especializadas em avaliação educacional”, e que “há um número razoável de autores que vêm se ocupando do tema há bem mais de dez anos, o que sugere que o campo de estudos está em processo de consolidação” (BARRETO; PINTO, 2001, p.63).

O estudo da produção de pesquisas sobre “Políticas e gestão da educação (1991-1997)” teve por objetivo o levantamento das pesquisas realizadas, a sua categorização e inclusão do acervo levantado no banco de dados da Anpae e a análise dos documentos por categoria e elaboração dos textos, para divulgação dos resultados, conforme informam os organizadores (WITTMAN; GRACINDO, 2001, p.8). Foram analisados 1.170 documentos, dos quais 248 foram excluídos da pesquisa, por impertinência ou insuficiência de dados, e os demais 922 foram incorporados ao estudo e distribuídos em onze categorias que resultaram cada uma delas, em um capítulo da obra, a saber: direito à educação e legislação do ensino; escolas/instituições educativas e sociedade; financiamento da educação; gestão da escola; gestão da universidade; municipalização e gestão municipal da educação; planejamento e avaliação educacionais; políticas de educação: concepções e programas; profissionais da educação: formação e prática; o público e o privado na educação.

As categorias temáticas analisadas na série estado do conhecimento sobre “Formação de Professores no Brasil (1990-1998)” referem-se à formação inicial, formação continuada e identidade, profissionalização docente e, finalmente, prática pedagógica. Os resultados obtidos da análise do conteúdo de 115 artigos publicados em 10 periódicos nacionais, de 284 dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação e de 70 trabalhos apresentados no GT Formação de Professores da Anped permitiram

[...] identificar uma significativa preocupação com o preparo do professor para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental. Permitiu ainda evidenciar o silêncio quase total com relação à formação do professor para o ensino superior e para atuar na educação de jovens e adultos, no ensino técnico e rural, nos movimentos sociais e com crianças em situação de risco. Adicionalmente, permitiu verificar que são raros os trabalhos que focalizam o papel das tecnologias da comunicação, dos multimeios ou da informática no processo de formação; mais raros ainda são os que investigam o papel da escola no atendimento às diferenças e à diversidade cultural. (ANDRÉ, 2002, p.13)

No estudo de estado do conhecimento sobre “Juventude e Escolarização (1980-1998)” as fontes privilegiadas foram dissertações e teses apresentadas e defendidas nos

programas de pós-graduação em Educação, compreendendo o período de 18 anos, selecionadas do catálogo de 332 dissertações e 55 teses em Educação e do cd-room da Anped, perfazendo um total de 387 registros na área de Educação e Juventude. Os recortes selecionados são oriundos da Sociologia e da Psicologia, sendo que esta disciplina é responsável pelas orientações teóricas de parte significativa da produção discente. Ao final do estudo a organizadora ressalta que

Os trabalhos mais recentes na área de Educação, a partir de meados dos anos 90, tendem a se perfilar mais fortemente no campo da Sociologia, permanecendo um conjunto importante de pesquisas de inspiração psicológica sobre adolescência. Os dois eixos teóricos estruturantes da produção discente sobre Juventude - a Sociologia e a Psicologia – parecem acenar com novas possibilidades e certamente seriam enriquecidos se houvesse uma abertura para a perspectiva da História, ainda ausente nesse tipo de investigação. (SPÓSITO, 2002, p.23)

O estudo “Educação de Jovens e Adultos no Brasil (1986-1998)” teve por objetivo detectar e discutir os temas emergentes da pesquisa referente a esta temática e se refere à produção acadêmica discente dos programas nacionais de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, expressa em teses de doutoramento e dissertações de mestrado. Conforme assinala o organizador do estudo, “embora sistemática nos programas de pós-graduação em Educação, a pesquisa capturou incidentalmente teses e dissertações de outros programas, como os de Linguística, Psicologia, Serviço Social e Sociologia” (HADDAD, 2002, p.9). As fontes utilizadas foram os catálogos de teses e dissertações e o cd-rom da Anped, 98 coleções de periódicos nacionais e os anais de três principais eventos da área, apurando-se mais de 1.300 títulos produzidos no período de 1986 a 1998. A pesquisa compreendeu trabalhos que abordam as concepções, metodologias e práticas de pessoas jovens e adultas, envolvendo questões relativas à Psicologia da Educação, à formação dos educadores, ao currículo e ao ensino e aprendizagem das disciplinas que o compõem, bem como às relações do educando com o mundo do trabalho. Os resultados foram distribuídos em capítulos da publicação, agrupados nos temas: o professor, o aluno, concepções e práticas pedagógicas, políticas públicas de educação de jovens e adultos e educação popular.

Além dos estudos sobre “estados do conhecimento” na área de Educação relatados até aqui, outras iniciativas semelhantes têm sido realizadas no âmbito dos periódicos científicos. Entre essas, cabe citar aquela promovida pela revista *Educação e Pesquisa*, que em 2004 organizou um fascículo especial dedicado inteiramente à publicação de artigos de revisão que apresentam balanços e análises críticas sobre temas relevantes da produção científica em Educação, objetivando, segundo Carvalho e Bueno (2004, p.8), “colaborar na organização da produção científica no campo educacional”. Os artigos abordados nesse número especial do periódico têm por foco as seguintes temáticas: educação rural, ciclos escolares, educação e participação, ética e educação e fracasso escolar. Outro conjunto de artigos versa sobre estudos quantitativos em educação, cultura escolar e a influência do pensamento de Vygotsky nas pesquisas em educação. Assinale-se ainda a diversificação das fontes utilizadas para a realização destes estudos: artigos de periódicos, teses e dissertações, trabalhos da Anped, entre outros.

4 As pesquisas em Educação produzidas por Associações, Grupos de Estudo e Sociedades da área e veiculadas em eventos científicos

No contexto deste breve retrospecto sobre a pesquisa em Educação no Brasil também é válido mencionar o importante papel das sociedades, associações científicas e grupos de pesquisa que reúnem pesquisadores da área de Educação que atuam na pós-graduação nos níveis regionais, estaduais e nacionais, os quais são responsáveis por um conjunto de pesquisas - veiculadas em eventos científicos organizados por estes organismos - que impulsionaram a produção científica deste campo de conhecimento.

Entre estes podem ser citados: a) a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), que congrega pesquisadores, professores e estudantes de graduação e pós-graduação em Educação, com a finalidade de desenvolvimento e consolidação da pesquisa e ensino de pós-graduação nesta área do conhecimento; b) o Grupo de Estudos e Pesquisa História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR), criado em 1986, com papel articulador de outros grupos de pesquisa estaduais; c) a Associação de Pesquisadores em História da Educação no Rio Grande do Sul (1995) e d) a Sociedade Brasileira de História da Educação (1999) que é fruto de um trabalho de cooperação e articulação dos diversos pesquisadores e grupos atuantes na área.

A ANPED desde 1976 tem impulsionado o desenvolvimento e consolidação do ensino de pós-graduação e da pesquisa em Educação no país. Segundo consta do seu histórico, a Associação foi fundada em 1976 e em 1979 consolidou-se como sociedade civil independente, com a finalidade de “busca do desenvolvimento e da consolidação do ensino de pós-graduação e da pesquisa na área da Educação no Brasil”. Ao longo dos anos, a Associação

[...] tem-se projetado no país e fora dele, como um importante fórum de debates sobre questões científicas e políticas da área, tendo se tornado referência como um espaço de debate das questões científicas e políticas da área, constituindo-se em referência maior na produção e divulgação do conhecimento em educação. (ANPED, 2013)

As atividades da ANPED são estruturadas em programas de pós-graduação em Educação *stricto sensu* e nos Grupos de Trabalho (GT) que congregam pesquisadores interessados em áreas de conhecimento especializado da Educação. Ao longo desses trinta e sete anos de atuação, os GTs da Anped têm propiciado a discussão das seguintes temáticas organizadas em torno dos 24 Grupos de Trabalho: História da Educação, Movimentos Sociais, sujeitos e processos educativos; Didática; Estado e Política Educacional; Educação Popular; Educação da Criança de Zero a Seis Anos; Formação de Professores; Trabalho e Educação; Alfabetização, Leitura e Escrita; Política de Educação Superior; Currículo; Educação Fundamental; Sociologia da Educação; Educação Especial; Educação e Comunicação; Filosofia da Educação; Educação de Pessoas Jovens e Adultas; Educação Matemática; Psicologia da Educação; Educação e Relações Étnico-Raciais; Educação Ambiental; Gênero, Sexualidade e Educação; Educação e Arte.

Dentre esses destacamos o GT de História da Educação, criado em 1984, por ocasião da realização da 7ª Reunião Anual da Associação. Segundo Saviani et al (2011, p.17), um dos objetivos principais deste GT foi

[...] assegurar dinâmicas de discussão de temas, questões, categorias de análise e procedimentos metodológicos, com a finalidade de rever, articular e incentivar a produção historiográfica sobre educação. Com esses objetivos, o Grupo de Trabalho História da Educação expandiu o movimento de revisão crítica dos padrões historiográficos dominantes,

funcionando como espécie de caixa de ressonância desse movimento e ampliando a interlocução entre os pesquisadores da área. Ao mesmo tempo, o GT funcionou como núcleo difusor da nova produção historiográfica que vinha sendo gestada nos centros universitários de pós-graduação mais dinâmicos do país, irradiando-a para outros centros de ensino e pesquisa.

Do ponto de vista de Ferraro (2005, p.48), o contexto de criação da ANPED – segunda metade da década de 1970 - deu-se em um momento em que a área de Educação contava com 29 programas de pós-graduação, dos quais 25 de mestrado e quatro de doutorado. Este autor também explica os dois fundamentos sobre os quais se apoiam a ANPED e suas práticas:

[...] de um lado, a base constituída pelos sócios individuais, pela estrutura de grupos de trabalho, pelas reuniões anuais e regionais, com a preocupação centrada na produção e disseminação do conhecimento, dando, por aí, sustentação à pós-graduação (ao ensino e às avaliações externas dos programas); de outro, a base constituída pelos programas de pós-graduação e o Fórum de Coordenadores, com a atenção voltada para a consolidação dos programas e para a participação como atores, não como meros pacientes, nas políticas públicas de pós-graduação e pesquisa, o que se traduz em apoio e benefício da produção e disseminação do conhecimento. (FERRARO, 2005, p.53)

Neste contexto, Araújo (2003, p.9) mostra que “a partir dos anos de 1970, com a institucionalização do segmento da pós-graduação e pesquisa no interior das universidades brasileiras, coube à ANPED, dinamizar uma rede organizativa no campo da pesquisa educacional nacionalmente”.

As reuniões anuais da Anped constituem-se, assim, em espaço privilegiado de discussão dessas temáticas. Além disso, a entidade tem, ao longo dos anos, divulgado trabalhos com característica de balanço da atuação dos seus Grupos de Estudo, os quais se constituem em importantes contribuições para se acompanhar os temas, problemas e a produção científica dessas subáreas de conhecimento.

Para compreender melhor o papel da ANPED é fundamental recorrer ao já citado artigo de Ferraro (2005), que, segundo Bianchetti; Fávero (2005, p.5) ajuda a

[...] entender o papel dessa associação tanto nas lutas políticas quanto no processo de afirmação da área de educação, particularmente a partir da constituição dos grupos de trabalho, da criação do comitê científico, do formato das reuniões anuais, da atuação do Fórum de Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Educação, da criação da Revista Brasileira de Educação, entre outros aspectos.

Além deste artigo, outros textos publicados no ano de 2005, quando se comemoraram os 40 anos da pós-graduação em Educação no Brasil, pela *Revista Brasileira de Educação* – o periódico científico publicado pela ANPED - também são importantes para a compreensão das frentes de atuação desta Associação: as entrevistas com Juracy C. Marques e Maria Julieta Costa Calazans cujas trajetórias revelam o papel decisivo que tiveram na criação e nos rumos da ANPED.

Como assinalaram Saviani et al (2011), foi a ANPED, como entidade representativa dos programas de pós-graduação e dos pesquisadores da área de Educação, que veio a desempenhar um papel importante na organização do campo da História da Educação brasileira, uma vez que com a criação, em seu interior, no ano de 1984, do Grupo de Trabalho de História da Educação, abria-se um espaço específico para as discussões das questões da área, assim como para a apresentação e debate da produção que vinha se desenvolvendo principalmente nos programas de pós-graduação.

Há que se registrar também que a produção científica do GT História da Educação da ANPED foi analisada por Catani e Faria Filho (2002) em texto que procura explorar o conjunto da produção no período 1985-2000, representada por 185 textos. Os autores empreendem esta análise identificando dois momentos distintos nesta produção – de 1984 a 1989 e de 1990 em diante –, balizados pelo crescimento quantitativo e características da produção divulgada, e analisada em relação aos períodos e temas pesquisados e fontes utilizadas.

Por sua vez, Costa e Silva (2003) analisaram a produção do GT Sociologia da Educação da Anped no período entre 1994 e 2001, focalizando os principais temas, metodologias e bibliografias que dominaram os trabalhos do grupo, com a finalidade de colocar em debate o seu desenvolvimento e apontar possíveis caminhos e tendências para o futuro da disciplina Sociologia da Educação no Brasil. Entre as principais conclusões do estudo, os autores apontaram a necessidade de romper com o isolamento da Sociologia da Educação brasileira que se encontrava “fechada em seus próprios problemas e questões” visando uma Sociologia que “recupere a comparação como ferramenta criativa, valorizando as relações estruturais mais gerais (que permitem identificar os sistemas educacionais de cada país) e percebendo as especificidades causais nacionais” (COSTA; SILVA, 2003, p.119).

Outra importante entidade na área de Educação é o Grupo de Estudos e Pesquisa em História, Sociedade e Educação no Brasil – HISTEDBR, criado em 1986 e institucionalizado em 1991. De acordo com Lombardi (2006):

Nos primeiros anos de sua consolidação, entre 1986 e 1990, realizaram-se encontros periódicos, geralmente semestrais, com o intuito de debater a elaboração das pesquisas. A preocupação maior era acompanhar o processo de desenvolvimento dos trabalhos e a socialização das informações entre os pesquisadores do Grupo. Acompanhando o andamento e a conclusão dessas pesquisas, com a finalização das dissertações e teses, decidiu-se pela constituição de um grupo de pesquisa de âmbito nacional. Isso resultava do retorno dos pesquisadores para as suas instituições de origem, espalhadas pelas diversas regiões do país, mas que desejavam continuar desenvolvendo um trabalho coletivo, mantendo a articulação com os demais companheiros.

Sediado na Faculdade de Educação da Unicamp, conta, desde sua criação, com a participação de professores e seus respectivos orientandos de mestrado e doutorado, com o objetivo de propiciar o intercâmbio das pesquisas que estavam sendo desenvolvidas no curso de pós-graduação. De acordo com Lombardi (2006),

[...] a organização desse coletivo nacional, para além das relações entre orientandos e orientadores, exigia a formalização do Grupo junto à Faculdade de Educação da UNICAMP, bem como a institucionalização

dos Grupos de Trabalho (GTs) em suas respectivas instituições. Formou-se então um núcleo permanente de pesquisa, centralizado na Faculdade de Educação da UNICAMP e articulador de Grupos de Trabalho regionais e estaduais. Nesse ano de 1991 eram 15 (quinze) GTs, espalhados por 14 (quatorze) estados brasileiros.

De acordo com Saviani et al (2011, p.19), o HISTEDBR foi organizado com uma estratégia desenvolvida em três frentes:

Tratava-se, por um lado, de arregimentar novos pesquisadores para a área de História da Educação, estimulando a criação de núcleos de pesquisa nas universidades em todo o país em torno de um programa de coleta e organização de fontes primárias e secundárias. Em uma segunda frente, tratava-se de articular tais grupos mediante a promoção de encontros e seminários e de uma rede informatizada de difusão e troca de informações. Em uma terceira frente, tratava-se de promover a discussão teórico-metodológica e a crítica das novas concepções historiográficas e de seus pressupostos.

Segundo relata Lombardi (2006), desde 1991, quando se dá a institucionalização do HISTEDBR, com a realização do *I Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”* – evento que teve continuidade no período 1991-2003, quando foram realizados mais cinco seminários nacionais – o Grupo deu continuidade à realização de eventos com as *Jornadas Regionais do HISTEDBR*, que contou com seis edições estaduais no período 2002-2005, as quais resultaram em um grande volume de produção científica na área de História da Educação.

Ao completar 20 anos de existência em 2006, o HISTEDBR decidiu “empreender um esforço coletivo para conhecer e socializar a produção intelectual dos Grupos de Trabalho (GTs)” e desenvolveu o projeto “20 anos de HISTEDBR: Navegando na História da Educação Brasileira” com o objetivo de levantar, reunir e organizar o conjunto da produção do Grupo HISTEDBR.

Na visão de Saviani (2006), essa produção não teve o objetivo de realizar um balanço conclusivo da História da Educação e nem se trata de um “retrato fiel da totalidade da produção do HISTEDBR”, mas, antes, é um “trabalho de caráter coletivo que, na etapa atual da trajetória do Grupo, busca traçar algumas linhas básicas tendo em vista a apresentação de um panorama geral da história da educação brasileira.”

Saviani et al (2011) destacam ainda que as iniciativas de construção do GT História da Educação da ANPED e do HISTEDBR tiveram papel relevante na criação de uma comunidade numerosa de investigadores em História da Educação. No entanto, segundo estes autores, para a constituição dessa comunidade, talvez tão importante quanto aquelas, foi a intensificação dos contatos entre os pesquisadores da área, propiciada pela realização dos Congressos Ibero-Americanos de História da Educação Latino Americana (CIHELA), realizados desde 1992, e dos Congressos Luso-Brasileiros de História da Educação (COLUBHE), cuja primeira edição foi em 1996, os quais

[...] propiciaram não somente a aproximação dos pesquisadores brasileiros provenientes das diversas regiões do país como também promoveram o contato entre historiadores brasileiros e estrangeiros. O contato com a historiografia educacional estrangeira – especialmente a francesa, a espanhola e a portuguesa - forneceu cânones e linhas de pesquisa que, já

consolidadas nesses países, evidenciaram-se férteis e potencialmente capazes de promover um maior intercâmbio entre os pesquisadores da área. (SAVIANI et al, 2011, p.20)

Neste contexto de crescimento de pesquisadores da área de História da Educação e da necessidade de ampliação de espaços de discussão dos trabalhos produzidos, surge a Sociedade Brasileira de História da Educação - SBHE, criada em 1999, que “após um longo processo de discussão de seu formato e de seus Estatutos, veio responder a esse anseio, abrindo um novo espaço de interlocução e de consolidação da área” (SAVIANI et al, 2011, p.21). Junte-se a isto, conforme explicitam os autores, o fato de que

[...] o crescimento do número de pesquisadores exigia a ampliação dos espaços de exposição e discussão dos trabalhos, função que o Grupo de Trabalho História da Educação não tinha condições de exercer. A fundação de uma sociedade de historiadores da educação passou a ser, por isso, uma aspiração comum. A criação da Sociedade Brasileira de História da Educação, em 1999, após um longo processo de discussão de seu formato e de seus Estatutos veio responder a esse anseio, abrindo um novo espaço de interlocução e de consolidação da área. (SAVIANI et al, 2011, p.20-21).

Além disto, como notaram estes autores, a criação da SBHE se concretiza em um momento em que “diante da densidade crescente da área de história da educação e à vista do intercâmbio internacional, em especial com os países ibero-americanos, foi se objetivando a necessidade de criação de uma entidade que articulasse nacionalmente a área e a representasse nos foros internacionais” (SAVIANI et al, 2011, p.25).

Como já referimos anteriormente, a ANPED, o HISTEDBR e a SBHE reúnem seus integrantes em grupos temáticos, os quais têm produzido pesquisas, como as que se seguem.

Azevedo e Aguiar (2001) desenvolveram uma pesquisa que analisou as características e as tendências da produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil, tomando como base empírica a produção apresentada no Grupo de Trabalho da Anped “Estado e Política Educacional”, no período de 1993 a 2000. As autoras tiveram como pressupostos que a legitimação dessa produção, assim como as suas tendências predominantes resultam de um embate de tendências/olhares e que os trabalhos traduzem relações efetivas entre os pesquisadores, organizações sociais envolvidas e a realidade analisada. A partir daí, as autoras fazem um resgate da origem e da trajetória desse GT para, em seguida, apresentar – quantitativa e qualitativamente – um quadro dos eixos temáticos e subtemáticos que têm prevalecido no período estudado. À luz das análises empreendidas, concluem destacando alcances e limites da institucionalização desse GT e, portanto, do campo de conhecimento focalizado.

Fávero (2002) também realizou um estudo sobre as origens, desenvolvimento, e produção do GT de Política de Educação Superior da Anped, enfocando por meio de uma retrospectiva a presença deste Grupo nas reuniões anuais da Anped, bem como o papel dos Seminários de Intercâmbio e do Projeto Integrado de Pesquisa Universitas/BR para a ampliação da reflexão coletiva sobre as questões da política superior afetas ao Grupo. Em um segundo momento, a autora destaca a produção acadêmica do projeto Universitas/Br, responsável pela elaboração de artigos, comunicações e coletâneas tendo por tema a produção científica sobre Educação superior no Brasil.

Inserida na mesma linha de análise da produção científica de grupos de trabalho da Anped, Ferreira, J. (2002) resgatou a trajetória do GT Educação Especial, desde a sua criação em 1991 até 2001, e procedeu a uma breve caracterização do conjunto de 138 trabalhos, comunicações e pôsteres apresentados e discutidos nas onze reuniões ocorridas no período, organizando as produções de acordo com a modalidade de apresentação, as áreas de necessidades educacionais especiais envolvidas e os temas abordados.

Os dados levantados permitiram um mapeamento inicial das questões pesquisadas e apresentadas, indicando algumas tendências temáticas e metodológicas, sendo que, no conjunto de comunicações e trabalhos, os estudos descritivos predominaram sobre os programas de formação profissional, a prática educacional em escolas comuns com alunos ou serviços especiais. Algumas lacunas foram assinaladas nas análises realizadas por Ferreira, J. (2002), entre elas estudos sobre políticas educacionais e sobre aspectos extraescolares da educação especial. Ao finalizar a análise, o autor reflete sobre a importância dos GTs da Anped, em especial o GT de Educação Especial, assinalando que ele se constitui em um “espaço privilegiado de conhecimento e reflexão para a pesquisa e pós-graduação em Educação especial, um painel de síntese de uma parte importante dos projetos e programas existentes”.

Na mesma linha de trabalhos de análise da produção científica de associações científicas, situa-se o texto de Mostafa e Máximo (2003), que analisam as literaturas publicadas no período 1994-2001 nos grupos de trabalho da Sociedade Interdisciplinar para os Estudos da Comunicação (Intercom) e da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) no tema da educação comunicativa. Foram analisadas pelos autores respectivamente 1.023 e 1.049 citações bibliográficas presentes nos trabalhos apresentados, com o objetivo de investigar quais autores nacionais e internacionais constituem a frente de pesquisa, ou seja, quais os autores mais influentes, nas duas literaturas, e de, se possível, visualizar tendências epistemológicas na produção científica. Os resultados indicaram que o humanismo e as teorias críticas da recepção, na Intercom, e o pós-estruturalismo, na Anped, parecem ser as tendências dominantes.

5 As reflexões críticas sobre a pesquisa em Educação

A avaliação da pesquisa em Educação também tem sido objeto de inúmeras reflexões teóricas de autores da própria área que têm procurado, com sua visão crítica, refletir sobre a produção do conhecimento em Educação.

Alves-Mazzotti (2001) parte das principais avaliações da qualidade da pesquisa em Educação para sustentar que “todas as deficiências observadas são, ao mesmo tempo, decorrentes e realimentadoras da pobreza teórico-metodológica apontada nestas pesquisas”. A autora procura demonstrar a “importância da teorização sobre os resultados para favorecer a transferibilidade para outras pesquisas dos conhecimentos produzidos”, o que, em sua opinião, facilita a sua divulgação e avaliação pela comunidade científica. Por fim, Alves-Mazzotti (2001, p.39) enfatiza que “a identificação de padrões, dimensões e relações, ou mesmo a construção de modelos explicativos, além de não ser compatível com o estudo dos fenômenos microsociais, constitui etapa essencial à construção da teoria e à aplicação a outros contextos”.

André (2001, p.51) aborda questões relativas à busca de rigor na pesquisa em Educação, mostrando que “as mudanças nos referenciais, nos contextos e nas metodologias dos estudos, nos últimos anos, suscitaram questionamentos sobre a natureza dos conhecimentos produzidos, sobre os critérios de julgamento dos trabalhos científicos e sobre

os pressupostos dos métodos e técnicas”. Além disso, a autora analisa as condições reais que os pesquisadores enfrentam na produção do conhecimento científico e conclui pela necessidade de lutar pela melhoria destas condições.

André (2005b) também discute questões epistemológicas e metodológicas relacionadas à pesquisa em Educação e às condições de produção do conhecimento científico. A autora mostra que nos últimos 20 anos houve um crescimento muito grande do número de pesquisas, o que trouxe diversidade nas temáticas, nos enfoques, nos contextos e nas metodologias. No entanto, daí surge os questionamentos referentes aos fins da investigação e à natureza dos conhecimentos produzidos, aos critérios de avaliação dos trabalhos científicos e aos pressupostos dos métodos e técnicas de investigação. André (2005b, p.33) aprofunda estas questões, ressaltando que há necessidade de: “lutar pela melhoria das condições de produção do conhecimento; construir espaços coletivos nos programas de pós-graduação para elaboração de projetos e desenvolvimento de pesquisas”.

As implicações e as perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo foram analisadas por Gatti (2001) em artigo que, nas palavras da autora, “busca recuperar no tempo aspectos do desenvolvimento das pesquisas educacionais no Brasil, associando-os a conjunturas histórico-sociais”.

Gatti (2001, p.65) trata de algumas questões de teorias e métodos, hegemonias de grupos de investigação e questões institucionais e ressalta o papel da década de 1980, na qual “vigorosos debates são travados, a partir dos quais vêm à luz problemas intrínsecos a procedimentos de pesquisa e sua validade”. A autora discute em que condições se pode falar de “impacto social das pesquisas educacionais” e analisa a possível “porosidade dos conhecimentos advindos de pesquisas em educação nas ações de educadores e em políticas educacionais”. Por fim, Gatti (2001) também questiona se a consistência metodológica desempenha, nessa porosidade, algum papel.

Gatti (2005) também discute as “contraposições de autores no que se refere à produção do conhecimento e sua disseminação em contextos caracterizados como modernos ou pós-modernos”. A autora realiza uma reflexão sobre questões ligadas aos saberes e à pesquisa em Educação e mostra que “o emprego dos termos pós-modernidade e pós-moderno não encontra consenso entre os que se preocupam com a compreensão do momento histórico contemporâneo em suas diferentes manifestações” (GATTI, 2005, p.595).

Nessa discussão a autora assume a posição de que “se está em transição: não se saiu totalmente das asas da modernidade e nem se está integralmente em outra era”. Em seguida, discute a presença, na reflexão e na pesquisa em Educação, de “algumas perplexidades diante de movimentos sociais complexos que têm sido historicamente construídos”, debatendo-se sobre o que conservar na Educação, que modismos evitar, quais valores, práticas e identidades são, em princípio, dignos de respeito e por que, entre tantas questões. Por fim, Gatti (2005, p.608) mostra que a forma de tratar os problemas e analisá-los tem mudado:

Num período de transição, em que estruturas e desestruturas, normatizações e transgressões imbricam-se dialeticamente, colocam-se desafios consideráveis à pesquisa em educação, para que se compreenda a tessitura das relações no ensinar e no aprender, bem como a heterogeneidade contextual em que tais relações ocorrem.

Por sua vez, Paraíso (2004) discute os efeitos das teorias pós-estruturalistas e pós-modernistas sobre a pesquisa educacional brasileira, traçando uma espécie de esboço de um mapa do campo dos estudos pós-críticos em Educação no Brasil. A autora mostra o início das discussões pós-críticas no campo educacional brasileiro, discute as principais temáticas exploradas por essas pesquisas e indica os principais traçados por elas efetuados, descrevendo as expansões, as fraturas, as conquistas e as aberturas produzidas no campo educacional brasileiro.

Mais recentemente, Hayashi et al (2011) expõem as diferentes dimensões epistemológicas que pontuaram a discussão da pós-modernidade configurada na pesquisa educacional brasileira, apresentando um painel que descreve os primeiros momentos em que, a exemplo do que aconteceu nas ciências humanas e sociais, o tema da pós-modernidade passa a fazer parte da agenda da pesquisa educacional brasileira e cobre o período compreendido entre 1991 e 2006. Em seguida, descrevem as pesquisas que, em modo de “balanço” e “mapeamento”, focalizam a permanência do referencial marxista na pesquisa educacional e os efeitos da pós-modernidade nas pesquisas educacional. Em seguida, os autores refletem a polarização das duas concepções epistemológicas que pautaram o debate sobre a pós-modernidade: a aderência aos “novos paradigmas” e a defesa dos “velhos esquemas interpretativos”. Ao final desse olhar retrospectivo sobre o tema do marxismo e da pós-modernidade na pesquisa educacional os autores concluem que a pesquisa em educação não fica imune à visão de fim da história e de crítica às metanarrativas, de modo que o suposto esgotamento do projeto moderno postulado pela visão da pós-modernidade e as consequências práticas dessas formulações pontuam o debate e encontram eco na pesquisa em educação. A despeito disso, em contraposição a visão pós-moderna, verificaram que o marxismo ainda permanece como referencial teórico presente na pesquisa educacional.

6 As pesquisas no campo da História da Educação no Brasil

Antes de refletirmos sobre as pesquisas no campo da História da Educação no Brasil se faz necessário definir o que é campo científico. Para tanto lançamos mão do conceito formulado por Bourdieu (1983), que define o campo científico como um espaço social como outro qualquer, cheio de relações de força e disputas, que visa beneficiar interesses específicos dos participantes deste campo. Considera ainda que o campo científico, enquanto lugar de dominação e monopolização que acarreta luta por autoridade científica, é direcionado por estratégias políticas e mostra que os cientistas quando trocam novos conhecimentos o fazem utilizando um modelo que está fundado na noção de capital, de tal forma que o cientista acumula o chamado “crédito científico”. Assim, os recursos adquiridos pelos cientistas são os seus conhecimentos acumulados, os quais são utilizados em uma espécie de mercado, em troca do crédito científico. Assinale-se, no entanto, que o conhecimento produzido pelo pesquisador é um bem que não possui muito valor em si mesmo. Ele precisa ser valorizado por outros produtores em sua troca e o reconhecimento que os outros lhes dão é que dá a medida de sua importância. O autor considera que, “de fato, somente os cientistas engajados no mesmo jogo detêm os meios de se apropriar simbolicamente da obra científica e de avaliar seus méritos” (BOURDIEU, 1983, p.127).

Com base nestes argumentos é possível compreender a existência de pressões para que os pesquisadores possam transmitir os resultados dos conhecimentos produzidos pelas pesquisas que realizam. Esta situação consolida a noção bourdieusiana de que a comunidade científica assemelha-se a um sistema social em que seus membros almejam garantir a

integridade e a aceitabilidade dos resultados por eles produzidos. Para que isso se concretize, é necessário que os pesquisadores utilizem os veículos de comunicação científica (publicações, apresentação de trabalhos em eventos etc.) para que suas informações alcancem seu público alvo e se transformem em crédito científico. Em síntese, a abordagem do campo científico realizada por Bourdieu (1983) mostrou que os conhecimentos novos produzidos pelas pesquisas se apoiam muito no pesquisador que os produz. Estes conhecimentos estão ligados com o interesse, controle e competição entre os próprios cientistas, para fins exclusivos, de reconhecimento diante dos pares.

Estas breves reflexões sobre o conceito de campo científico de Bourdieu e sua aplicação no campo educacional são fundamentais para a compreensão da constituição do campo da História da Educação. Ademais as diversas teorias de Bourdieu foram apropriadas pelo campo educacional no Brasil, como já demonstraram os estudos conduzidos por Catani, Catani e Pereira (2001) e Nogueira e Nogueira (2002), entre outros. Por ora, voltemos ao histórico das pesquisas conduzidas neste campo no Brasil.

Toro-Zequera (2001) realizou pesquisa na qual analisou uma amostra dos 80 trabalhos sobre o debate teórico e metodológico apresentados nos quatro congressos ibero-americanos da História da Educação Latino-Americana (1992-1998) por se constituírem estes num foro que reflete sobre a especificidade da História da Educação, suas relações com a História e as tendências da pesquisa histórico-educacional na região.

Os resultados obtidos por Toro-Zequera (2001) apontaram que: a) o atual debate teórico-metodológico em História da Educação apresenta características semelhantes do debate que acontece na História; b) a História da Educação, como história setorial não pode ser alheia às orientações teórico-metodológicas dominantes na História; c) a História da Educação ganha maior especificidade e autonomia com relação à pedagogia e às demais ciências da Educação, na medida em que se aproxima da História; d) o debate teórico-metodológico na História da Educação deve ser compreendido no campo da teoria do conhecimento e dos diversos processos de construção do conhecimento histórico.

Bastos, Benconstta e Cunha (2002) realizaram uma cartografia do conhecimento produzido em História da Educação na região sul do país (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), nos anos 1980 e 1990, e identificaram os temas privilegiados pelos pesquisadores e os que carecem de desenvolvimento, com o intuito de aprofundar as questões de pesquisa na área. Entre as conclusões dos autores está a de que a significativa produção de estudos evidencia o importante espaço de discussão e de consolidação da área como campo de pesquisa.

A constituição histórica do campo da História da Educação no Brasil é vista por Vidal e Faria Filho (2003) sob dois prismas: no primeiro, os autores elaboram um histórico da disciplina a partir de três pertencimentos: à tradição historiográfica do Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB); às escolas de formação para o magistério e à produção acadêmica entre os anos 1940 e 1970. No segundo, enfocam os trabalhos realizados nos últimos vinte anos, apontando temas e períodos de interesse e abordagens teóricas mais recentes.

Por sua vez, Jorge (2003) investigou a periodização na História da Educação brasileira, em estudo que problematizou a possível inadequação dos critérios comumente utilizados – o político, o administrativo, o filosófico e, mais recentemente, o econômico. Utilizando como fonte de pesquisa o que denomina de “manuais” da área, ou seja, os livros da disciplina “História da Educação Brasileira” adotados em cursos de Magistério e Pedagogia, Jorge (2003) procede a uma análise das concepções de História e História da Educação presentes nestes autores, bem como de seus critérios de periodização, para em

seguida realizar um estudo comparativo entre eles.

Ainda no contexto da discussão sobre periodização da Educação brasileira, dois textos são fundamentais para entendimento da historiografia e do campo da Educação: o de Carvalho (2001) e o de Bontempi Jr. (2003), que reúne informações e empreende esforços no intuito de analisar o texto de Carvalho (2001).

O trabalho de Carvalho (2001), publicado originalmente em 1971, e dada a sua circulação restrita e importância seminal para a História da Educação republicado em 2001, pela *Revista Brasileira de História da Educação* – periódico científico da SBHE –, apresenta “o modelo de periodização considerado tradicional e consolidado para a história da educação brasileira”, além de evidenciar “a fragilidade presente nos critérios baseados na relação entre o desenvolvimento político e administrativo e o desenvolvimento educacional” (CARVALHO, 2001, p.137).

O processo de organização do campo educacional também foi objeto de análise de Araújo (2003) que, à guisa de balanço, ainda investigou a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste, incluindo a pesquisa, por parte do grupo dos Renovadores da Educação, no período compreendido entre 1924 e 1964. Ao final da pesquisa, a autora coloca em evidência o modo como “o passado educacional foi historicamente produzido até nossos dias”.

Henriques (2004) também analisou a identidade do campo educacional, tendo por referência o pensamento desenvolvido por Bourdieu em relação à noção de campo. A autora identifica a área educacional como um campo de produção de conhecimento que se constrói “a partir de parâmetros relacionais, definindo sua produção como o jogo estabelecido entre os agentes dentro do campo, em relação aos outros campos e às condições objetivas externas”.

Em outra abordagem, Henriques (2007) aponta as inúmeras e variadas questões possíveis de serem colocadas quando se busca entender a especificidade do campo educacional, e enfatiza que embora de ângulos diferentes, tais questões se definem sempre em referência ao aspecto plural de formação do campo e ao seu modo de atuação frente à realidade.

Por sua vez, em 2006, o grupo de estudos HISTEDBR ao completar 20 anos de existência, empreendeu um esforço coletivo no sentido de conhecer e socializar a produção científica e intelectual de seus grupos de trabalho e coordenou a produção de um conjunto de textos sobre a História da Educação com vistas a possibilitar um entendimento conjunto sobre cada um dos diferentes períodos e temáticas da Educação brasileira. Tal esforço resultou na produção denominada “Navegando na História da Educação Brasileira”, em que são apresentados textos dos pesquisadores do Grupo que oferecem um breve panorama da Educação brasileira abordando as concepções pedagógicas, organização escolar, a legislação educacional, as instituições escolares, os arquivos, fontes e estado da arte relativos aos seguintes períodos históricos: Colônia – período jesuítico (1500-1759) e período pombalino (1759-1822); Império (1822-1889); Primeira República (1889-1930); Era Vargas – 1930-1945; Nacional Desenvolvimentismo – 1946-1964; Período Militar: 1964-1984; Transição Democrática – 1984 até hoje.

Além disso, há um conjunto denominado “acervo”, composto por listagem de fontes escritas, iconográficas, referências documentais e bibliográficas e vídeos relativos a tais períodos, organizados por especialistas em cada temática. Por fim, esta produção ainda reuniu em um glossário os termos e pessoas mais representativas da área de Educação.

Dentre este conjunto de produções do “Navegando pela História da Educação Brasileira”, ressaltamos a relevante contribuição dos autores responsáveis pelos “estados da

arte”, por fornecerem um painel elucidativo das questões específicas à História da Educação abordadas sob o viés do período histórico em que se inserem. Neste contexto, destacamos o texto de Bittar (2006) que ao refletir sobre o estado da arte em História da Educação brasileira após 1985, comenta que a produção científica em História da Educação sobre o período após 1985 não é fácil de analisar, pois

A ditadura militar terminara num processo de articulação “pelo alto”, preservando elementos velhos na nova ordem que se instaurou a partir de março de 1985. Repetindo mais um momento de descontinuidade sem ruptura na história do Brasil, chegava ao fim o regime de repressão que depusera João Goulart em 1964 e, apesar dos limites inerentes à forma pela qual transcorreu a transição democrática, com mais elementos de conservação do que de transformação, o campo da educação viveu certo momento de efervescência com as possibilidades que se abriam. (BITTAR, 2006, p.1)

Em suas análises, Bittar (2006) analisa a pesquisa em Educação no pós-1985 sob dois enfoques: a produção em si e o contexto histórico-acadêmico em que esta produção científica foi gerada. A autora inicia suas reflexões expondo o cenário histórico da época: no âmbito nacional, o fim da ditadura militar, a construção do Estado de direito democrático e os desafios postos pelas “contradições inerentes à sociedade brasileira que se reorganizava nos marcos de um capitalismo urbano-industrial”; e no âmbito internacional, pela queda do muro de Berlim, o fim da União Soviética e a mundialização do capital. Bittar (2006) também chama a atenção para a crise dos paradigmas que afetaram as Ciências Humanas e em particular a Educação. Também aborda as diferentes correntes teóricas – marxismo histórico, fenomenologia, entre outras – que passam a questionar a adoção dos métodos positivistas na pesquisa educacional, bem como assinala o avanço do paradigma pós-moderno no Brasil.

Na segunda parte de suas reflexões sobre o estado da arte da História da Educação Brasileira, Bittar (2006) faz uma prospecção na produção da área com base nos trabalhos apresentados no GT/ANPED em História da Educação, nos encontros do HISTEDBR e da Sociedade Brasileira de História da Educação. A autora conclui a pesquisa destacando a necessidade de aprofundar o debate teórico-metodológico sobre a pesquisa em História da Educação e afirma que os resultados obtidos apontaram que a produção sobre o período posterior a 1985 “é muito pequena *apenas* na área da História da Educação, não nas demais, onde, inversamente, predomina, sendo que o período mais investigado, por sua vez, concentra-se na primeira metade do século XX”. (BITTAR, 2006, p.17)

A pesquisa realizada por Hayashi et al (2008) ancorada na abordagem bibliométrica da produção científica, analisou a produção científica sobre a História da Educação indexada na base de dados Scielo no período de 1998 a 2005 e consideraram que a produção científica no campo da História da Educação mostra-se hegemônica em termos dos autores que publicam artigos nesta área, pois muitos deles estão vinculados aos mesmos grupos de pesquisa. Além disso, os dados da pesquisa também evidenciaram que além de formarem uma rede de colaboração científica – ou, nos termos de Bourdieu, por causa dessas redes de colaboração científica - esses pesquisadores também são majoritários em termos de publicação de artigos relacionados à temática “História da Educação” nos periódicos científicos.

Posteriormente, a pesquisa de Hayashi e Ferreira Junior (2010) analisaram os grupos de pesquisa que integravam a base censitária de 2004 do Diretório de Grupos de Pesquisa no

Brasil/CNPq visando identificar suas características. Os resultados obtidos identificaram a existência de 108 grupos e 317 linhas de pesquisa em História da Educação. Entre as temáticas de pesquisa mais abordadas na produção científica desse campo destacaram-se : “Intelectuais, pensamento social e educação”, com 23,2% do total, seguida por “Arquivos, fontes e historiografia” (22,5%) e “História Regional da Educação” (19,2%) totalizando 64,9% dos artigos, capítulos e livros. Na visão dos autores, essas temáticas

[...] foram alçadas ao procênio da Oficina de Clio com papel de destaque a partir da década de 1990, quando a História das Mentalidades e a História Cultural passaram a suplantar as concepções históricas estruturadas com base nas metanarrativas. Em síntese, os dados obtidos no âmbito dos Grupos de Pesquisa do CNPq realçam ainda mais as críticas endereçadas no sentido de demonstrar como os chamados "velhos" paradigmas foram deslocados para um lugar marginal, no contexto da historiografia, a partir de 1991. Enquanto que a denominada "História em Migalhas" ou micros objetos de investigação passaram a ocupar a posição central no cenário protagonizado pelo Campo da História da Educação.

Por sua vez, Bittar, Silva e Hayashi (2011) focalizaram a avaliação da produção científica em Educação veiculada entre 2001 e 2007 em duas das principais revistas da área: a Revista Brasileira de Educação (RBE) e a Revista Brasileira de História da Educação (RBHE). As autoras justificam a validade do estudo “não só pela possibilidade de verificar a comunicação e a atividade científica dos atores envolvidos na produção do conhecimento deste campo de conhecimento, mas, principalmente, para contribuir com a historiografia da educação brasileira”. Além disso, ainda chamam a atenção para o fato de que a atual política de avaliação da CAPES promoveu mudanças significativas no campo e

[...] a constituição de novos espaços nos quais a pesquisa é pensada, produzida e divulgada, aliada à obrigatoriedade de produção bibliográfica, além de ter provocado aumento na disputa pelo capital científico e pelo poder acadêmico, vem resultando na gradativa substituição do padrão de produção de conhecimento na área. Nessa nova conjuntura, os periódicos passaram a ser o veículo principal para onde conflui essa produção, especialmente aqueles cuja classificação é mais alta no sistema Qualis, gerando outro fator de disputa e competitividade que marca o campo. (BITTAR; SILVA; HAYASHI, 2011, p.657)

A metodologia adotada constou da seleção leitura dos resumos e textos integrais dos estudos e categorização de autores e temas abordados, os quais foram analisados à luz das abordagens dos estudos bibliométricos e da pesquisa histórica analítico-descritiva. Os resultados obtidos apontaram que há semelhança no comportamento de publicação dos autores na RBHE e da RBE e que a produção científica em Educação possui particularidades, porém traz em seu cerne características da pesquisa em Ciências Humanas em geral; por exemplo, índices elevados de publicação individual, predileção para utilizar como referências livros e capítulos de livros, frequência elevada de comunicação científica em fontes nacionais, entre outras características.

Conclusões

Frente aos desafios e perspectivas da pesquisa educacional no país, como bem ressaltou André (2001, p.52 e 63), “é necessário rever e analisar criticamente o que vem sendo produzido na área e buscar caminhos para seu aprimoramento”, o que exige da comunidade científica reflexões sobre as condições de produção do trabalho científico. Além disso, a autora também pontua que essa comunidade deve assumir muito seriamente, como tarefa coletiva, “o estabelecimento de critérios para avaliar as pesquisas da área, apresentá-los publicamente, ouvir as críticas e sugestões, mantendo um debate constante sobre eles”.

A carência de “sistematização do que já foi pesquisado, produzido, publicado, faltam-nos estudos críticos sobre a produção científica realizada” foi apontada por Sguissardi e Silva Jr. (2002, p.25) embora eles reconheçam que alguns esforços têm sido realizados no sentido de minorar estes problemas, citando como experiência válida a iniciativa de construção de bancos de dados em temáticas da Educação, além de esboçarem proposta de uma agenda de pesquisa para utilização, a mais adequada política e cientificamente, desses bancos de dados.

É desta perspectiva que esse texto espera ter contribuído para tornar mais visível a já rica produção científica dessa área de conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. **Formação de professores no Brasil: 1990-1998**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento, 6).
- ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: buscando rigor e qualidade. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v.113, p.51-64, julho 2001.
- ANDRÉ, M. Pesquisa em Educação: questões de teoria e método. **V Encontro Nacional de Pesquisa em Educação e Ciências**. In: ATAS DO V ENPEC, Bauru-SP, n.5, p.1-12, 2005a.
- ANDRÉ, M. Pesquisa em educação: questões de teoria e de método. **Educação & Tecnologia**, v.10, n.1, p.29-35, jan.-jul. 2005b.
- ANGELUCCI, C. B. et al. O estado da arte da pesquisa sobre fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**, v.30, p.51-72, jan./abr. 2004.
- ANPED. Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. **Sobre a ANPED**. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/internas/ver/sobre-a-anped?m=1>>. Acesso jun. 2013.
- ALVES-MAZZOTI, A. J. Relevância e aplicabilidade da pesquisa em educação. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v.113, p.39-50, jul. 2001.
- ARAÚJO, M. M. Tempo de balanço: a organização do campo educacional e a produção histórico-educacional brasileira e da região nordeste. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.5, p.9-41, jan.-jun.2003.
- AZEVEDO, J. M. L. de; AGUIAR, M. Â. A produção do conhecimento sobre a política educacional no Brasil: um olhar a partir da Anped. **Educação & Sociedade**, v.22, n.77, p.49-70, dez. 2001.
- BARRETO, E. S. de S.; PINTO, R. P. (orgs.) **Avaliação na educação básica: 1990-1998**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001. (Série Estado do Conhecimento, 4).
- BASTOS, M. H. C.; BENCOSTTA, M. L. A.; CUNHA, M. T. S. Uma cartografia da pesquisa em história da educação na região sul: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul (1998-2000). **25ª Reunião Anual da Anped**, Caxambu-MG, 29 set.-2 out. 2002. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/te25.htm>>. Acesso em: jun. 2013.
- BRANDÃO, Z. A pesquisa em educação e o impacto do crescimento da pós-graduação no Brasil. **Em Aberto**, n.31, p.25-30, ago.set.1986.
- BIANCHETTI, L.; FÁVERO, O. História e histórias da pós-graduação em educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v.30, p.3-6, set.-dez. 2005.
- BITTAR, M. **O estado da arte em história da educação brasileira após 1985: um campo em**

- disputa. Campinas: HISTEDBR-DEFHE/FE/UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_078.html>. Acesso em: jun. 2013.
- BITTAR, M., SILVA, M. R.; HAYASHI, M C P I. Produção científica em dois periódicos da área de educação. **Avaliação (Campinas)**, v.16, n.3, p.655-674, nov. 2011.
- BONTEMPI JR., B. “A educação brasileira e a sua periodização”: vestígio de uma identidade disciplinar. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.5, p.43-68, jan.-jun. 2003.
- BOURDIEU, P. O campo científico. In: Ortiz, Renato. (org.). **Pierre Bourdieu: Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p.122-155.
- CARVALHO, L. R. de. A educação brasileira e sua periodização. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.2, p.137-152, jul.-dez. 2001.
- CARVALHO, M. P. de; BUENO, B. O. **Educação e Pesquisa**, v.30, n.1, p.7-8, jan.-abr. 2004.
- CATANI, D. B.; FARIA FILHO, L. M. de. Um lugar de produção e a produção de um lugar: a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPED (1985-2000). **Revista Brasileira de Educação**, v.19, p.113-128, jan.-abr.2002.
- CATANI, A. M.; CATANI, D. B.; PEREIRA, G. R. M. As apropriações da obra de Pierre Bourdieu no campo educacional brasileiro, através de periódicos da área. **Revista Brasileira de Educação**, v.17, p.63-85, maio-ago. 2001.
- COSTA, M. C. V. Pesquisa em educação: concepções de ciência, paradigma teórico e produção de conhecimentos. **Cadernos de Pesquisa**, v.90, p.15-20, ago. 1994.
- COSTA, M.; SILVA, G. M. D. da. Amor e desprezo: o velho caso entre sociologia e educação no âmbito do GT-14., **Revista Brasileira de Educação**, n.22, p. 101-120, jan.-abr. 2003.
- CUNHA, L. A. Os (des)caminhos da pesquisa na pós-graduação em educação. In: **Seminário sobre a produção científica nos programas de pós-graduação em educação**. Brasília: MEC/CAPES, 1979, p.3-15.
- CUNHA, M. V. da. A educação no período Kubitschek: os Centros de Pesquisa do INEP. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.83, n.203/204/205, p.127-140, jan./dez. 2002.
- FÁVERO, M. de L. A. O GT de Política de Educação Superior: origens, desenvolvimento e produção. **25ª Reunião Anual da Anped**, Caxambu, 2002, Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/te25.htm>>. Acesso em: jun. 2013.
- FERRARO, A. R. A ANPED, a pós-graduação, a pesquisa e a veiculação da produção intelectual na área de educação. **Revista Brasileira de Educação**, v.30, p.47-69, set./dez. 2005.
- FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “estado da arte”. **Educação & Sociedade**, v.23, n.79, p.257-272, ago.2002.
- FERREIRA, J. R. O GT educação especial: análise da trajetória da produção apresentada: 1991-2000. **25ª Reunião Anual da Anped**, Caxambu, 2002. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/25/te25.htm>>. Acesso em: jun. 2013.
- FREITAS, E. C. de. Pesquisa em educação no Brasil: temas, teorias e bases institucionais. **Temas em Educação**, v.1, n.1, p.47-76, 1991.
- GAMBOA, S. S. **Epistemologia da pesquisa em educação: estruturas lógicas e tendências metodológicas**. 1987. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UNICAMP, Campinas, 1987.
- GAMBOA, S. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.
- GAMBOA, S. S.; SANTOS FILHO, C. **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade**. São Paulo: Cortez, 1995.
- GAMBOA, Silvio Sánchez. As condições da produção científica em educação: do modelo de áreas de concentração aos desafios das linhas de pesquisa. **Educação Temática Digital**, v.4, n.2, p.78-93, jun.2003.
- GATTI, B. A Alternativas metodológicas para a pesquisa educacional: conhecimento e realidade. **Cadernos de Pesquisa**, v.49, p.3-14, fev. 1982.
- GATTI, B. A. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: 1978-1981. **Cadernos de Pesquisa**,

v.44, p.3-17, fev.1983.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. **Caderno de Pesquisa**, n.113, p.65-81, 2001.

GATTI, B. A. A pesquisa em educação: pontuando algumas questões metodológicas. **Nas Redes da Educação: Revista Eletrônica do Laboratório de Tecnologias Educacionais da Faculdade de Educação/Unicamp**, Campinas, n.1, out. 2003.

GATTI, B. A. Pesquisa, educação e pós-modernidade: confrontos e dilemas. **Cadernos de Pesquisa**, v.35, n.126, p.595-608, set.-dez. 2005.

GOERGEN, P. A pesquisa educacional no Brasil: dificuldades, avanços e perspectivas. **Em Aberto**, v.5, n.31, p.1-18, jul./set.1986.

GOUVEIA, A. J. A pesquisa sobre educação no Brasil: de 1970 para cá. **Cadernos de Pesquisa**, v.19, p.75-79, dez.1976.

GOUVEIA, A. J. Algumas reflexões sobre a pesquisa educacional no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v.60, n.135, p.495-500, out.dez.1974.

GOUVEIA, A. J. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.1, p.1-20, jul.1970.

GRZYBOWSKI, C. Formar pesquisadores pesquisando: alguns desafios para a pós-graduação em educação. **Boletim Anped**, v.1, p.34-38, jan.-mar.1987.

HADDAD, S. **Educação de jovens e adultos no Brasil: 1986-1998**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento, 8).

HENRIQUES, V. A identidade do campo educacional: uma tensão entre modernidade e pós-modernidade. **Boletim SOCED**, v.1, p. 1-13, 2005.

HENRIQUES, V. Autonomização e autonomia: uma complexa relação no campo da pesquisa educacional brasileira. **Revista Intellectus**, Rio de Janeiro, v.3, n.1, 2004.

HAYASHI, M. C. P. I.; História da educação brasileira: a produção científica na biblioteca eletrônica SCIELO. **Educação & Sociedade**, v.29, n.102, p. 181-211, abr.2008.

HAYASHI, C. R. M.; FERREIRA JUNIOR, A. O campo da história da educação no Brasil: um estudo baseado nos grupos de pesquisa. **Avaliação**, 2010, v.15, n.3, p.167-184.

HAYASHI, M. C. P. I.; FERREIRA JR., A.; COELHO, M. ; HAYASHI, C. R. M. Marxismo, educação e pós-modernidade: uma mirada retrospectiva da pesquisa educacional a partir do século XXI. In: Ferreira Jr., A.; HAYASHI, C. R. M.; LOMBARDI, J. C. (Orgs.). **Educação brasileira no século XX e perspectivas para o século XXI**. Campinas: Alínea, 2012. p. 11-54.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

JORGE, M. **A periodização na História da Educação brasileira: um exame crítico do estado da questão**. 2003. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, UNICAMP, Campinas, 2003.

KUENZER, A. A pesquisa em educação no Brasil: algumas considerações. **Em Aberto**, v.31, p.19-23, ago.set. 1986.

LOMBARDI, J. C. **Pesquisa em educação**, São Paulo: Autores Associados, 1999.

LOMBARDI, J. C. (org.). **Pesquisa em educação: história, filosofia e temas transversais**. Campinas: Editores Associados/HISTEDBR, 2003.

LOMBARDI, J. C. **Registrando trajetórias: Grupo de Estudos e Pesquisa “História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR)”**. Campinas: Unicamp, 2006. Disponível em: <www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/apresentacao_arquivos/Artigo_AN_Informacoes_HISTEDBR.htm>. Acesso em: jun. 2013.

MELLO, G. N. Pesquisa em educação: questões teóricas e questões de método. **Cadernos de Pesquisa**, v.49, p.43-44, maio 1984.

MELLO, G. N. A pesquisa educacional no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v.40, p.6-10, fev.1982.

MOROSINI, M. C. (org.) **Educação superior em periódicos nacionais: 1968-1995**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001. (Série Estado do Conhecimento, 3).

MOSTAFA, S. P.; MÁXIMO, L. F. A produção científica da Anped e da Intercom no GT da Educação e Comunicação. **Ciência da Informação**, v.32, n.1, p.96-101, jan.-abr.2003.

- NOGUEIRA, C. M. M.; NOGUEIRA, M. A. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação & Sociedade**, v.23, n.78, p.15-36, abr. 2002.
- PARAISO, M. A. Pesquisas pós-críticas em educação no Brasil: esboço de um mapa. **Cadernos de Pesquisa**, v.34, n.122, p.283-303. maio-ago. 2004.
- ROCHA, E. A. C. **Educação infantil: 1983-1996**. Brasília: MEC / Inep / Comped, 2001. (Série Estado do Conhecimento, 2).
- SAVIANI, D. **A filosofia da educação brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- SAVIANI, D.; LOMBARDI, J. C.; SANFELICE, J. L. (orgs.). **História e História da educação: o debate teórico metodológico atual**. Campinas: Ed.Associados/HISTEDBR, 1998.
- SAVIANI, D. **Navegando na História da Educação Brasileira: apresentação**. Campinas: FE/UNICAMP, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/apresentacao_saviani_leia.html>. Acesso em: jun. 2013.
- SAVIANI, D.; CARVALHO, M. M. C. de; VIDAL, D.; ALVES, C.; GONÇALVES NETO, W. Sociedade Brasileira de História da Educação: constituição, organização e realizações. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.11, n.3, p.13-45, set.-dez.2011.
- SCHWARTZMAN, S. **Um espaço para a ciência: a formação da comunidade científica no Brasil**. Trad. de Sérgio Bath e Oswaldo Biato. Brasília: MCT, 2001. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/espaco.htm>>. Acesso em: jun. 2013.
- SGUISSARDI, V.; SILVA JR., J. dos R. Construindo fontes de dados e uma agenda de pesquisa: o banco de dados Universitas/Br. **Comunicações**, Piracicaba, v.9 n.1, p.21-43, 2002.
- SILVA, A.; ABRAMOWICZ, A.; BITTAR, M. Apresentação. In: _____. (orgs.) **Educação e pesquisa: diferentes percursos, diferentes contextos**. São Carlos: RiMa, 2004. p.vii-ix.
- SOARES, M. B.; MACIEL, F. **Alfabetização**. Brasília: MEC / Inep / Comped, 2000. (Série Estado do Conhecimento, 1)
- SOUSA, S. Z.; BIANCHETTI, L. Pós-graduação e pesquisa em educação no Brasil: o protagonismo da ANPEd. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.36, p.389-409, dez. 2007.
- SPÓSITO, M. P. **Juventude e escolarização: 1980-1998**. Brasília: MEC / Inep / Comped, 2002. (Série Estado do Conhecimento, 7).
- TORO-ZEQUERA, L. H. **História da educação em debate: as tendências teórico-metodológicas nos congressos ibero-americanos (1992-1998)**. Campinas: Unicamp, 2001. (Tese de doutorado em Educação). 2001. 285p.
- VIDAL, D. G.; FARIA FILHO, L. M. de. História da educação no Brasil: a constituição histórica do campo: 1880-1970. **Revista Brasileira de História**, v.23, n.45, p.37-70, jan./jul.2003.
- VIEIRA, C. E. Anísio Teixeira e a pesquisa em educação no Brasil: ensaio sobre o processo de formação do campo. **Série-Estudos**, n.15, p.167-178, jan.-jun. 2003.
- WARDE, M. J. Anotações para uma historiografia da educação brasileira. **Em Aberto**, v.3, n.23, p.1-6, set.-out.1984.
- WARDE, M. J. Contribuições da história para a educação. **Em Aberto**, v.9, n.47, p.3-11, jul.-set.1990b.
- WARDE, M. J. O papel da pesquisa na pós-graduação em educação. **Cadernos de Pesquisa**, n.73, p.57-75, maio 1990a.
- WEBER, S. A produção recente na área de educação. **Cadernos de Pesquisa**, v.81, p.22-32, maio 1992.
- WITTMANN, L. C.; GRACINDO, R. V. **Políticas e gestão da educação: 1991-1997**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2001. (Série Estado do Conhecimento, n. 5).

¹ Mestre (2004) e Doutor (2007) em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Professor adjunto do Departamento de Ciência da Informação e docente vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Sociedade, ambos da UFSCar.